

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteWILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
EditorPAULO TOTTI
Editor ExecutivoMARCELO BERABA
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de RedaçãoSÉRGIO RÉGO MONTEIRO
DiretorEDGAR LISBOA
Diretor Agência JBJORNAL DO BRASIL
Primeira Fila

Deixando de lado a diplomacia, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, fez quinta-feira na Câmara dos Deputados um veemente apelo em favor do avanço das reformas constitucionais. Segundo o ministro, só as modificações propostas pelo governo poderão consolidar o Plano Real, tornar permanentes os ganhos que ele trouxe para a sociedade brasileira, garantir a soberania nacional e incrementar as relações com outros países.

É possível que nenhum ministro da área econômica (para não minar a confiança) ou líder político do governo tenha apontado com tanta oportunidade os desafios do Real. Como plano de estabilização, o Real está esgotando a sua primeira fase. O arsenal de medidas monetárias e cambiais para sustentar o poder de compra da moeda se aproxima do fim.

Sem o ajuste fiscal profundo e duradouro em todos os níveis de governo, o déficit orçamentário projetado para este ano tende a se ampliar e minar a confiança da sociedade na moeda. O desastre político e sócioeconômico do melhor e mais bem-sucedido plano de estabilização já adotado no Brasil seria inimaginável. As mudanças no cenário internacional, decorrentes da globalização dos mercados, amplificariam de forma dramática o problema.

Na economia globalizada, país nenhum pode se isolar no mundo (a abertura comercial da China é o melhor exemplo). O grau de isolacionismo, no entanto, não se mede apenas pelo coeficiente de abertura do comércio exterior em relação ao PIB — as duas mãos do comércio brasileiro já arrancam os US\$ 100 bilhões, o que corresponde a 15% do PIB, nível ainda modesto comparado aos países do Primeiro Mundo.

A globalização implica a comparação automática, por parte dos investidores institucionais — que substituem os capitais de empréstimo desde a crise da dívida no começo dos anos 80 —, dos indicadores macroeconômicos de um país em relação aos demais atores do cenário mundial. A formação de grandes blocos de países, como a União Européia, o Nafta e o Mercosul, aguçou a rigidez nos parâmetros macroeconômicos.

O país europeu que quiser participar do mecanismo da moeda única (previsto para

1998) não pode ter mais de 1,5 ponto percentual de taxa inflacionária acima da média dos três menores índices do continente. O grau tolerável de déficit orçamentário e do endividamento público em relação ao PIB será igualmente estreito. O rigor na disciplina fiscal e monetária se espalha de forma coordenada pelo mundo e o resultado já está trazendo os menores índices inflacionários dos últimos 30 anos.

A sociedade que desejar assento na primeira fila do concerto das nações deve, portanto, se vestir no mesmo figurino para merecer a confiança dos investidores. País com elevados índices de inflação, crônicos desequilíbrios orçamentários e exacerbado grau de protecionismo à sua indústria e tratamento discriminatório em relação aos capitais e produtos estrangeiros tem de pagar um preço mais alto (em juros, por exemplo) para atrair capitais.

Por tudo isso, é preocupante que uma certa camada da sociedade tenha recebido com entusiasmo as declarações do economista americano do MIT, Rudinger Dornbush, que ressuscitou a fracassada tese de que um pouco de inflação (25% ao ano, segundo ele) é necessário para que o Brasil volte a crescer. Trata-se de defesa velada da volta ao passado inflacionário, que premiava a ineficiência e punia o consumidor.

Em primeiro lugar, o Brasil cresceu 5% em 94 e 4% em 95. Está longe da China que partiu praticamente do zero, mas não é pouco em relação aos 24 países da OCDE (2,1% de 92 a 95). Essa ideia irresponsável de desenvolvimento foi aceitável, em outras condições internacionais, pelo entusiasmo que Juscelino Kubitschek irradiou, mas as condições atuais não permitem mais a repetição.

A História (sobretudo o ano de 1979, quando a tese do crescimento com inflação fomentada pelo Estado derrotou a prudência da austeridade com crescimento moderado, e o Brasil penou 15 anos na estagnação e na falência do Estado, até ser salvo pelo Plano Real) mostrou que não há saída fora da reforma do Estado, que passa pela privatização.

O político que ainda se deixar levar pelo canto da sereia inflacionária para negar as reformas e a privatização estará querendo enganar-se e enganar o Brasil.